

Relatório anual dos trabalhos realizados pelos grupos, até a organização do Movimento Transparência Canoas -MTC- ANO 2023

- 1) O Partido Democrático Trabalhista -PDT, em 10 de **fevereiro** de 2023, entra junto ao Tribunal de Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade- Adin (Processo 903-25.2023.8.21.7000), depois de batermos em muitas portas em Canoas (associações, sindicatos) para que fossemos representados, sem sucesso. Porém encontramos no Deputado Federal Pompeo de Mattos e o Vereador Alexandre Gonçalves a simpatia e o crédito na demanda de um grupo de aposentados que se juntaram para lutar e que estavam sendo assaltados em seus direitos, após a aprovação da LC 08/2021.
- 2) Os meses de **março, abril e maio** foram de visitas ao Tribunal de Justiça, pelo nosso advogado Dr. Blaszak e do Deputado Pompeo de Mattos, para discussão dos nossos pleitos, junto ao desembargador relator da Adin Dr. Marchionatti, bem como reuniões com os Coordenadores dos grupos para organização dos próximos passos de nossa caminhada.
- 3) Em **abril** encaminhamos a Carta Aberta aos Integrantes dos Grupos do Resistência Canoas, para que todos integrantes lessem, refletissem e guardassem a história que estamos construindo pela Transparência do Canoasprev e as metas que ultrapassamos no primeiro semestre, bem como toda caminhada de 2022, quando criamos os grupos do Resistencia Canoas.
- 4) Em **junho** apresentamos a Segunda Carta Aberta aos Funcionários e Aposentados do Canoasprev, estabelecendo as metas do segundo semestre de 2023.
- 5) No mês de dezembro de 2022, aconteceu a aprovação da Lei 6.608, que alterava as tabelas remuneratórias do Plano de Carreira do Magistério e, como essa alteração incidia sobre o total dos proventos de forma discriminada, e os contra cheques não eram disponibilizados desta forma, começaram a aparecer distorções nos pagamentos deste reenquadramento e dúvidas dos aposentados a respeito. Iniciamos a campanha junto ao Canoasprev para disponibilização das memorias de cálculos, solicitação feita por mais de 260 professores junto ao protocolo geral **(período de abril a julho)**.
- 6) Foram conferidos e devolvidos pela Coordenação, durante todo mês de **julho** (Diretório do PDT, emprestada para este fim e por ser central para o acesso), 186 memorias de cálculos, onde encontramos aproximadamente 90 mil reais em equívocos nos cálculos do Canoasprev e Prefeitura de Canoas. **Encerramos a devolução somente em meados de setembro.**
- 7) Após toda pressão feita pelos professores exigindo transparência na apresentação de seus proventos, conseguimos que os contra cheques fossem apresentados a partir de **outubro** de forma discriminada e a promessa que todos os aposentados receberão seus contra cheques de forma discriminada **até final de 2023.**
- 8) No dia 04 de **agosto**, tivemos uma audiência com o Desembargador relator da nossa Adin, no Tribunal de Justiça, com a presença do Deputado Pompeo de

Mattos, Dr. Blaszak, Procurador Geral do Município, Dr. Orlando, Assessores da PGM, Vereador Alexandre Gonçalves, Dra. Josiane, Assessora de Gabinete, representante da Câmara de Vereadores e a Prof. Clarí Gialdi, representante dos grupos da Resistência, onde foi deliberado, pelo desembargador do TJ, com a anuência dos presentes, que se organizasse um grupo de trabalho, dirigido pela PGM, sobre as demandas dos funcionários frente a LC 08/2021, para tomada de decisão junto ao Executivo Municipal, sobre os descontos do FAPEC, onde a alíquota de 14% ,que incidia sobre tudo que ultrapassasse o teto do RGPS/INSS e, a partir da LC 08/21, passou a incidir a tudo que ultrapassasse dois salários mínimos.

- 9) Nos meses de **agosto e setembro** fizemos estudos sobre o texto da minuta do estatuto do Movimento, aprovamos em
- 10) Registro do Movimento Transparência Canoas-MTC, em **setembro** de 2023. A partir de agora temos uma pessoa jurídica para nos representar em nossas demandas.
- 11) Em 04 de **outubro**, tivemos nossa primeira reunião com a PGM, com a presença de representante do Canoasprev, Procurador Geral, Assessores PGM, Vereador Alexandre Gonçalves, Assessora Dra. Joseane, Dr. Blaszak e representante do MTC Prof.ª Clari Gialdi, para discussão das demandas sobre o desconto do FAPEC e a LC 08/21. Foi solicitado ao representante do Canoasprev, o impacto financeiro gerado pela LC 08/21, para vermos a viabilidade do retorno da alíquota de 14% incidir a partir de tudo que ultrapassar o teto do RGPS/INSS. Também reforçado pelo Vereador Alexandre Gonçalves que durante a tramitação do PL 02/2021, não foi apresentado o Cálculo Atuarial, nem Censo Previdenciário atualizado para comprovação de déficit, conforme mensagem 81/2021 enviada, à época, ao legislativo. Solicitado mais 60 dias para apresentação de proposta pelo Executivo, através da PGM. Enviado ao TJ pedido de mais 60 dias para encerramento e proposta.
- 12) Em **novembro** entregamos a PGM um relatório/estudo sobre o Canoasprev /FAPEC, arrolando todas as modificações geradas por leis municipais e as distorções e equívocos nas apresentações ao legislativo, para que estas modificações fossem aprovadas, por todas vezes de maneira rápida e sem muito conhecimento e estudo do conteúdo destes encaminhamentos feitos pelo Executivo Municipal.
- 13) Aguardamos até 05 de **dezembro**, data de vencimento dos mais 60 dias solicitados na reunião do dia 04 de outubro na PGM para concluirmos os estudos e apresentação de proposta pelo Executivo, através da PGM. Entramos em contato com a PGM para que efetivássemos o acordado em 04 de outubro, sem retorno por parte daquela procuradoria até a presente data.
- 14) Em **19 de dezembro**, Dr. Blaszak apresentou petição para inclusão no processo da Adin, como solicitou o Desembargador do TJ, conforme item 8, onde apontará que não houve a conclusão dos trabalhos, por desinteresse de uma das partes e que o desembargador poderá decidir a conclusão e veredito do processo,

conforme alertou na reunião do dia 04 de agosto, caso as partes não chegassem a um denominador em comum.

Caso o Tribunal de Justiça não defina a favor dos direitos dos aposentados, para retornarmos ao desconto anterior a Lei Complementar 08/21, processo será encaminhado para a terceira instancia/STF. Desistir jamais!!!

- 15) O Movimento Transparência Canoas-MTC, conforme estabelece seu estatuto no item 1, do artigo 3º, tem como objeto social, entre outros, **defender os interesses funcionais dos servidores municipais de Canoas/RS, ativos, inativos e pensionistas**, especialmente, quanto as garantias relacionadas as contribuições previdenciárias e proventos e para tanto continuaremos na luta pelos nossos direitos!!!

Somos os mais de 300 que farão a diferença!!

Sempre Vitória!!

Deixaremos em seguida a este relatório o Estatuto do MTC para conhecimento de todos, bem como as duas Cartas citadas no relatório, para quem queira ler ou reler ou pouco da nossa história!!

O conhecimento auxilia o homem a compreender o que ele construiu ao longo de sua existência... principalmente suas lutas!!

Canoas, 20 de dezembro de 2023.